



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

PAUTA DA REUNIÃO

75ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção

Data: 17 de junho de 2026 às 14h:30 – Via Plataforma TEAMS

Pauta:

1. Leitura da Ata do dia 29 de abril de 2026;
2. 8ª Edição do Prêmio Goiás Mais Transparente – (Júnior José da Costa - Superintendente da Controladoria Especializada em Transparência);
3. 5ª Edição do Programa de Compliance Municipal – (Thiago Barros Fernandes de Farias – Gerente de Educação Cidadã);
4. Semana de Governo Aberto promovida pela CGU no mês de maio/2026, Seminário de Transparência e Participação na Gestão Pública – (Alanna Fernandes – Assessora de Gerência de Participação Social).

DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

No dia 17 de junho de 2026, às 14h:35 (quatorze horas e trinta e cinco minutos), teve início, em primeira convocação, via plataforma TEAMS, contando com a presença de 15 (quinze) dos seus membros, titulares e suplentes, a 75ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção – CTPCC. Na ocasião o Sr. Weyk Wagne Barbosa Gomes, Secretário Executivo do Conselho, declarou aberta a reunião e apresentou a pauta do dia. Submetida à aprovação, pelos presentes, a ata da 74ª Reunião Ordinária foi aprovada sem ressalvas. Em seguida, Sr. Weyk destacou a satisfação em contar com o colegiado e ressaltou que a atuação do conselho converge com as agendas de transparência, controle social, participação social e governo aberto. Informou que a estratégia da reunião consistia em expor os resultados e desafios da Controladoria-Geral do Estado (CGE) na agenda de governo aberto através de três apresentações técnicas.

Dessa forma, foi dada a palavra ao Superintendente de Transparência, Júnior Costa, para expor as diretrizes, a evolução e o estágio atual da 8ª Edição do Prêmio Goiás Mais Transparente.

O Superintendente relatou que o prêmio existe há 8 anos (desde 2019) e passou por expressiva evolução metodológica, balizada por regulamentações vigentes e, primordialmente, por três avaliações externas que aferem o desempenho de Goiás:

1. ATRICON (Associação dos Tribunais de Contas do Brasil): Aplica o Programa Nacional de Transparência Pública (há 4 edições) abrangendo todos os poderes e níveis federativos. O Estado de Goiás obteve 100% de atendimento dos critérios por dois anos consecutivos, classificando-se no nível máximo (Diamante), servindo como o principal pilar metodológico do prêmio estadual.



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

2. Transparência Internacional - Brasil: Índice de Transparência e Governança Pública. No último ranking geral entre estados, Goiás conquistou a 2ª colocação com nota de 93,4% (informou-se que não haverá aplicação do índice no corrente ano de 2026).

3. Controladoria-Geral da União (CGU): Escala Brasil Transparente (Mapa Brasil Transparente), cuja publicação de resultados atualizados está prevista para o corrente mês de junho, gerando ótimas expectativas para o Estado.

Informou que o prêmio visa padronizar a apresentação das informações da administração pública direta e indireta, orientar os órgãos sobre integridade e tempestividade dos dados, e reconhecer as boas práticas de transparência ativa e passiva através de selos (Prata, Ouro e Diamante). A avaliação subdivide-se em: Categoria I (órgãos, autarquias e fundações, contendo 130 critérios) e Categoria II (empresas estatais, contendo 125 critérios, adequadas às exigências da Lei Federal nº 13.303/2016). Destacou-se a manutenção do "Selo Destaque em Transparência" (instituído no ano anterior) para premiar os 3 melhores de cada categoria que demonstram rapidez, inovação e atualização contínua fora do período estrito do prêmio.

Informou, ainda, que o processo utiliza o Sistema de Avaliação do Índice de Transparência (SISLAI) produzido pela própria CGE, englobando autoavaliação, consultoria dos auditores e avaliação posterior. O cronograma iniciou-se em 30 de abril com uma transmissão ao vivo (live). No momento atual, os auditores (Pedro Celestino, Gerente de Transparência Institucional, e os coordenadores, Jackeline Bastos e Renato Nascimento) realizam visitas técnicas aos órgãos. O rol de avaliados saltou de 49 para 51 entidades, com a inclusão decorrente de mudanças legais da CMTC (Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos) incorporada ao Estado, e da nova empresa GoiásTec (Goiás Tecnologia). A premiação está prevista para o segundo semestre, estimada para o entorno do Dia da Transparência Pública (18 de novembro) ou Semana de Combate à Corrupção.

Quanto as novidades para a categoria I, aponta o acréscimo no detalhamento de Conselhos (atendido pelo CTPCC, abrangendo lei de criação, membros titulares/suplentes, contatos e cronograma); maior detalhamento de gastos e subcontratações de agências de propaganda (gerido inicialmente pela SECOM e estendido a outros entes); cumprimento das rígidas exigências do STF de transparência e rastreabilidade para emendas parlamentares estaduais (geridas pela SERINT - Secretaria Estadual de Relações Institucionais) e federais (geridas pela SGG - Secretaria Geral de Governo); e inserção voluntária da divulgação de cartas, garantias e fianças contratuais como boa prática.

Outro destaque, diante da ausência de sistemas unificados consolidados para extração pública de dados abertos imediatos sobre pessoal terceirizado e convênios (o SISREG para Convênios Concedidos ainda está em fase de alimentação, e os recebidos cabem à SGG), a Superintendência desenvolveu uma planilha padrão no sistema Avance da CGE. Os órgãos inserem os dados no padrão exigido pela ATRICON e a CGE constrói painéis informativos, funcionando como medida temporária até que os sistemas definitivos estejam estruturados e o Tribunal de Contas valide a maturidade do processo.

Para a Categoria II (Estatais), houve modificações no formato de exibição da tabela de padrão remuneratório, detalhamento de gastos com publicidade, propaganda e patrocínios, lista de estagiários qualificada, despesas com aquisição de bens, página informativa mínima do Programa de Compliance Público (PCP) e a aplicação da Política de Igualdade entre Homens e Mulheres (conforme a Lei das Estatais). Os critérios dividem-se em níveis: Essencial (impacto constitucional/LRF), Obrigatório (normativo) e recomendado (boas práticas externas).

O Conselheiro Dr. Juscimar, representando a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Goiás (OAB-GO), parabenizou o Superintendente Junior Costa e a CGE. Afirmou que a apresentação



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

comprova a evolução do processo de consolidação da transparência no âmbito goiano, convertendo uma proposta de governo em uma sólida política de Estado. Ratificou que a OAB-GO caminha lado a lado com o Estado na busca dessas melhorias por atender diretamente ao interesse público e da sociedade. O Sr. Weyk agradeceu as palavras, reforçando a parceria histórica com o conselheiro.

Em seguida, o Sr. Thiago Barros, Gerente de Educação Cidadã da CGE, falou sobre a 5ª Edição do Programa de Compliance Público Municipal (Edição 2026). Explicou que o programa nasceu em 2022 devido ao êxito da metodologia estadual iniciada em 2019 (que gerou economias superiores a 2 bilhões de reais com gestão de riscos, além de avanços éticos e de transparência). O gerente salientou que a CGE não conseguiria capilarizar o programa sozinha, instituindo uma cooperação com o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO) — com agradecimento nominal à Conselheira Lara, presente na reunião e que atuou desde o início como mentora de gestão de riscos — e com a Federação Goiana dos Municípios (FGM), responsável pela articulação política com os prefeitos. Esclareceu-se que o programa possui cunho estritamente pedagógico e cooperativo, sem caráter de fiscalização punitiva, o que eleva o engajamento local. Esclareceu que os municípios aderem voluntariamente por termo de cooperação assinado pelo prefeito, instituindo o Comitê de Compliance Municipal (alta gestão) e o Escritório de Compliance (servidores operacionais divididos nos eixos de Ética, Governo Aberto e Governança), sob a coordenação de um responsável geral. O TCM-GO e a CGE oferecem assessoramento técnico (mentoring) e capacitações virtuais via sistema de ensino do Tribunal. Os eixos abrangem Governança (mapeamento e matriz de gestão de riscos, acrescido em 2026 da definição da estrutura de governança: visão, valores e objetivos estratégicos do mandato); Ética (institucionalização e difusão de Códigos de Ética); e Governo Aberto (regulamentação da LAI, normatização de Ouvidoria, elevação de nota no ranking da ATRICON e, como novidade de 2026, a implantação de atividades voltadas a dados abertos). No acumulado histórico (2022 a 2025), registra-se mais de 6.000 servidores capacitados, impacto em mais de 90% da população do Estado, cerca de 80 municípios atendidos ao menos uma vez, mais de 70 códigos de ética publicados (com ampla consulta pública) e quase 70 normativas de acesso à informação promulgadas. No cenário atual de 2026, com menos de um mês de execução ativa (cronograma mais enxuto, iniciado no final de maio e com término em julho devido às restrições do calendário eleitoral), os números registram: 37 municípios ativos, mais de 600 servidores com capacitação concluída, 32 decretos de gestão de riscos publicados, 33 códigos de ética vigentes, 27 regulamentações da LAI, 33 estruturas de governança desenhadas e 33 planos de comunicação de riscos formalizados.

* *Pontuação, Selos e Premiação:* Os municípios concorrem divididos em 5 categorias populacionais, concorrendo a um prêmio global em equipamentos de informática (notebooks) avaliado em 800 mil reais a ser repartido entre os três primeiros colocados de cada grupo (15 municípios premiados no total). O cumprimento das metas gera selos de qualidade: Bronze (60%), Prata (70%), Ouro (80%) e Diamante (95% ou mais). Os municípios ativos ostentam o selo "Compliance em Construção". Foram exibidos exemplos práticos de engajamento nos portais das prefeituras de Águas Lindas de Goiás, Anápolis, Araguapaz (exibindo pop-up com QR Code para o código de ética) e Piranhas (campeão do Selo Diamante na edição anterior). Apresentaram-se também registros fotográficos das visitas técnicas realizadas no mês pelos servidores Flori Júnior, Bruna, Tiago e Arthur a localidades distantes como Flores de Goiás, Padre Bernardo, Planaltina, São Domingos, Mambai, Formosa, Guarani de Goiás e Anhangüera. O Conselheiro Dr. Juscimar parabenizou o programa como uma "contaminação positiva" que fortalece o controle interno municipal. Compartilhou no grupo do WhatsApp do Conselho



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

informações de que a CGU dispõe de minutas, decretos e suporte técnico que podem somar esforços. Mencionou também que o Ministério Público de Goiás (MPGO) possui atuação estratégica voltada à transparência municipal, defendendo a convergência mútua. O gerente Thiago Barros pontuou em resposta que a CGE realizou recentemente uma transmissão conjunta com o Programa Time Brasil da CGU para estreitar esses laços.

A Conselheira Sra. Lara manifestou grande apreço emocional e técnico pelo PCP Municipal. Testemunhou a quebra de paradigmas culturais nas prefeituras, lembrando que inicialmente os servidores de pequenos municípios assustavam-se com termos como "gestão de riscos" e que hoje o programa confere a capacidade de estruturar processos, organizar portais e fixar a cultura da transparência mesmo em localidades com baixa densidade demográfica.

O Conselheiro Prof. Kléber indagou sobre o quantitativo de municípios atingidos no plano decenal e no consolidado, contudo, enfrentou instabilidade técnica em sua conexão de internet. O condutor Weyk e o gerente Thiago Barros adiantaram o esclarecimento, confirmando que o somatório histórico alcança a marca de quase 80 municípios únicos atendidos, número que ultrapassa 100 participações se contabilizadas as reiterações anuais de municípios parceiros.

O Sr. Weyk registrou o investimento da CGE no aperfeiçoamento de seus quadros por meio do envio de uma comitiva técnica (composta por Júnior Costa, Pedro Celestino, Jackeline, Thiago, Fernanda e Allana) a eventos nacionais em Brasília, Semana de Governo Aberto e Assembleia da Rede LAI. Na sequência, facultou a palavra à Assessora da Gerência de Participação Social, Allana, para exposição da síntese das atividades.

A senhorita Allana mencionou que a Semana de Governo Aberto de 2026 ocorreu em Brasília-DF, entre os dias 26 e 29 de maio, promovida pela CGU sob o escopo do "Seminário Transparência e Participação na Gestão Pública". E que o encontro celebrou os 14 anos da Lei de Acesso à Informação (LAI) e integrou debates da Parceria para Governo Aberto (OGP), atualmente co-presidida pelo Brasil, reunindo sociedade civil, academia, especialistas e gestores. A assessora asseverou que "governo aberto não se faz sozinho, faz-se em rede", justificando a relevância da troca de experiências. Mencionou que foram discutidos temas como governança e uso estratégico de dados públicos; mecanismos digitais de mobilização cidadã; transformação digital face à LGPD (equilíbrio entre transparência ativa e o direito à privacidade); e a inovação colaborativa descentralizada (levando as pautas do centro para as bordas, tal como Goiás realiza no PCP Municipal). Destacaram-se tendências conceituais como: Transversalização da Agenda e Diálogo Intragovernamental: Disseminar os preceitos de transparência para além do órgão controlador, engajando as demais pastas finalísticas. Interoperabilidade de Sistemas: Capacidade de comunicação automatizada, rápida e segura entre plataformas públicas para qualificar a tomada de decisão. Transparência e Privacidade por Design (by design): Paradigma onde a transparência e a proteção de dados não figuram apenas como uma obrigação final ou acessória, mas estruturam a concepção original de qualquer projeto ou política pública. Afirmou, ainda, que o Estado obteve ganhos em relacionamento institucional e absorção de insights operacionais. Paralelamente, houve a oportunidade de projetar nacionalmente os cases goianos de sucesso, a saber, o Programa Estudante Atitude (focado em controle social e participação nas escolas) e o PCP Municipal. Na sequência, falou da Assembleia Geral da Rede LAI, realizada de forma inédita em caráter presencial após dois anos de fundação (maio de 2024), a assembleia da Rede Nacional de Fortalecimento e Promoção do Acesso à Informação contou com a representação de Goiás na condição de membro pleno. O Superintendente Júnior Costa pediu a palavra e complementou que o Estado assumiu assento em 2 Grupos de Trabalho (GTs) nacionais estratégicos: 1. GT de



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

Diagnóstico de Pontos Focais: Mapeará as estruturas de atendimento à LAI no Brasil para mitigar disparidades. Júnior frisou que Goiás dispõe de um modelo maduro onde os Ouvidores centralizam essa função, formato que difere e pode servir de modelo para outros entes federativos. 2. GT de Disseminação de Boas Práticas: Organizará transmissões e debates integrando a rede governamental e a sociedade civil, elegendo como primeiro tema central a conciliação prática entre a transparência pública e os ditames da LGPD.

O Conselheiro Dr. Juscimar (OAB-GO), manifestou-se de forma elogiosa à palestrante Allana e aos gestores do eixo de governo aberto. Relembrou seu posicionamento por ocasião do lançamento do livro de compliance da CGE, enfatizando o papel do Conselho e da Controladoria em edificar uma cultura social participativa. Afirmou que programas como o Embaixadores da Cidadania e o Estudante Atitude, ao ganharem musculatura institucional e amparo em leis específicas, transcendem governos e passam a moldar uma nova geração de cidadãos conscientes, críticos e fiscalizadores dos gastos públicos, o que corrobora o sentimento da OAB de que o Estado encontra-se na rota correta.

O Sr. Weyk ressaltou que ficou deliberada e aprovada, por consenso e sem ressalvas, a ata da reunião ordinária datada de 29 de abril de 2026.

E pontuou que:

1. A CGE dará continuidade às vistorias in loco e consultorias técnicas da 8ª Edição do Prêmio Goiás Mais Transparente, estruturando os painéis provisórios de dados abertos para prestação de contas de convênios e terceirizados via sistema Avance;
2. A Gerência de Educação Cidadã finalizará a execução da 5ª Edição do PCP Municipal dentro do teto cronológico estipulado (final de julho de 2026), procedendo à posterior auditoria de notas para a concessão dos respectivos selos e distribuição da premiação de informática;
3. A Superintendência de Transparência representará o Estado de Goiás nos compromissos estipulados junto aos dois Grupos de Trabalho da Rede LAI, compartilhando oportunamente os relatórios de diagnóstico de pontos focais e os debates sobre LGPD;
4. Restou agendada a realização da próxima reunião ordinária do conselho para o dia 26 de agosto de 2026.

Na sequência, o Sr. Weyk estendeu seus agradecimentos nominais aos conselheiros, à equipe da Subcontroladoria de Governo Aberto e Ouvidoria-Geral pelos resultados de excelência e, de forma especial, à servidora Glórinha por sua dedicação histórica na condução do conselho. Reafirmou o lema de que, na CGE, "a contribuição é individual e o resultado é coletivo, do povo goiano", conclamando a manutenção de Goiás no topo dos rankings nacionais de governo aberto. Desejou uma excelente Copa a todos os presentes e, sem mais manifestações, declarou formalmente encerrada a sessão da presente ata.

Não havendo mais assuntos a tratar, às 15h40 (quinze horas e quarenta minutos), o Secretário Executivo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.

Nome	Assinatura
Controladoria-Geral do Estado	
Titular 1: (Presidente) Antônio Flávio de Oliveira	
Suplente: Alessandra dos Santos Paz Esteves Scartezini	



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

Titular 2: (Secretário Executivo): Weyk Wagne Barbosa Gomes	-
Suplente: Júnior José da Costa	-
Secretaria de Estado da Casa Civil	
Titular: Renatto Neves Vieira	-
Suplente: Rodrigo Carvalho Curvo	
Secretaria de Estado da Economia	
Titular: Juliana Manzi Porto	
Suplente: Ronaldo Pinheiro de Araújo	-
Procuradoria-Geral do Estado	
Titular: Helena Telino Monteiro	-
Suplente: Mheliza Mariani Mendes Loyola Rios Machado	
Secretaria de Estado de Estado da Administração	
Titular: Fabiane Falcomer dos Santos	
Suplente: Renée Fernandes Santana	-
Conselho Regional de Administração CRA-GO	
Titular: Wandre Ramos Garcia	
Suplente: Tiago Nóbrega Stival	
Associação Goiana de Imprensa	
Titular: Iuri Rincon Godinho	
Suplente: Zander Campos da Silva Júnior	
Fórum Empresarial	
Titular: Rubens Fileti	
Suplente: Regina Guimarães de Moraes e Silva Falbo	
Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás	
Titular: Lázaro Rogério Tavares	



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

Suplente: Renato Gonçalves Rodrigues	
Fórum das Universidades Privadas	
Titular: Regina Ster de Moraes	-
Suplente: Jorge de Jesus Bernardo	
Universidade Federal de Goiás	
Titular: Prof. Kleber Domingos de Araújo	-
Suplente: Pedro Henrique Evangelista Duarte	
Universidade Estadual de Goiás	
Titular: Cristhyan Martins Castro Milazzo	-
Suplente: Neusa Maria Ravaroto	
Conselho Regional de Economia – CORECON-GO	
Titular: Guilherme Araújo Vieira	-
Suplente: João Carlos Gouveia	
Tribunal de Contas dos Municípios	
Titular: Lara Cristina de Olival Kovtunin	-
Suplente: Breno Silva	
Sindicato dos Gestores Governamentais do Estado de Goiás	
Titular: Edmilson Moura de Oliveira	-
Suplente: Eduardo Aires Berbert Galvão	-
Ordem dos Advogados do Brasil	
Titular: Juscimar Pinto Ribeiro	-
Suplente: Anna Carolina Miranda Bastos do Vale	
Conselho Regional de Contabilidade	
Titular: Sucena Silvia Hummel	
Suplente: Ranniel Martins Silva	
Comitê para Democratização da Informática	
Titular: Isabel Sampaio Antonácio Monteiro	



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC

Suplente: Quimico Iamamoto Pacheco	
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Goiânia	
Titular: Helena Machado Ribeiro	
Suplente: Luiz Antônio Ribeiro de Souza	-